



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015
(Processo Administrativo n.º 15414.001440/2014-01)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Superintendência de Seguros Privados, por meio da Coordenação de Administração de São Paulo, sediada na Rua Formosa, nº 367, 26º Andar, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25/11/2015.

Horário: 10:30 hs.

Local: ComprasNet – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 173039

Preço Estimado: Conforme item 2 deste Edital

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços que compreendem a realização de uma bateria de exames médicos descritos no Termo de Referência CORPE nº 01/2015, anexo a este Edital, de acordo com determinadas faixas etárias, contemplando o acompanhamento periódico da saúde dos servidores públicos lotados na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, autarquia federal com sede no município do Rio de Janeiro e com regionais em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, escritório de representação em Brasília e alguns servidores domiciliados em Florianópolis, Curitiba, Natal, Salvador e Recife, com o objetivo de preservação da saúde e prevenção de doenças ocupacionais ou não, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO PREÇO ESTIMADO

2.1. O valor total estimado, somando-se todos os itens, para fins de alocação orçamentária, é de R\$ 222.578,42 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), conforme tabela a seguir individualizada por item:

| Item | Descrição | Subtotais por Segmento | Valor Estimado do Item |
|-------------------------|--|------------------------|------------------------|
| 1 (RJ) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), PSA, EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 103.392,93 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 27.866,67 | |
| | Exames Radiológicos: mamografia | R\$ 5.518,30 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 46.858,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 1 – RIO DE JANEIRO (RJ) | | R\$ 183.636,40 |
| 2 (SP) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), PSA, EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 10.805,29 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 2.786,67 | |
| | Exames Radiológicos: mamografia | R\$ 735,77 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 5.206,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 2 – SÃO PAULO (SP) | | R\$ 19.534,23 |
| 3 (MG) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), PSA, EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 1.635,19 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 934,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 3 – BELO HORIZONTE (MG) | | R\$ 2.569,69 |
| 4 | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), PSA, EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 3.703,11 | |

| | | | |
|-------------------|--|--------------|---------------------|
| (RS) | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 348,33 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 1.602,00 | |
| | TOTAL DO ITEM 4 – PORTO ALEGRE (RS) | | R\$ 5.653,44 |
| 5 (DF) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 3.061,26 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 696,67 | |
| | Exames Radiológicos: mamografia | R\$ 367,88 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 1.468,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 5 – BRASÍLIA (DF) | | R\$ 5.594,31 |
| 6 (SC) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 421,65 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 174,17 | |
| | Exames Radiológicos: mamografia | R\$ 183,94 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 133,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 6 – FLORIANÓPOLIS (SC) | | R\$ 913,26 |
| 7 (PR) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), PSA, EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 843,24 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 348,33 | |
| | Exames Radiológicos: mamografia | R\$ 367,88 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 267,00 | |
| | TOTAL DO ITEM 7 – CURITIBA (PR) | | R\$ 1.826,45 |
| | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica | R\$ 338,15 | |

| | | | |
|--------------------------|---|------------|---------------------|
| 8 (RN) | (Papanicolau, consulta e exame), EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 174,17 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 133,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 8 – NATAL (RN) | | R\$ 645,82 |
| 9 (PE) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), citologia oncótica (Papanicolau, consulta e exame), EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 421,65 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 174,17 | |
| | Exames Radiológicos: mamografia | R\$ 183,94 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 133,50 | |
| | TOTAL DO ITEM 9 – RECIFE (PE) | | R\$ 913,26 |
| 10 (BA) | Exames Laboratoriais: hemograma completo, glicemia, creatinina sérica, lipidograma completo, AST (TGO), ALT (TGP), PSA, EAS, pesquisa de sangue oculto nas fezes | R\$ 676,24 | |
| | Avaliação Oftalmológica: exame oftalmológico | R\$ 348,33 | |
| | Avaliação Clínica: consulta médica | R\$ 267,00 | |
| | TOTAL DO ITEM 10 – SALVADOR (BA) | | R\$ 1.291,57 |

2.2. A planilha de custos e formação de preços, anexo do Termo de Referência que integra este Edital, contém o detalhamento dos exames e os valores de referência individualizados que servirão de parâmetro para as propostas de preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 17203/173039

Fonte: 0105173039

Programa de Trabalho: 04122211020040001

Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.50

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. A participação neste Pregão é livre para quaisquer empresas do ramo de atividade que atenda ao objeto desta licitação, desde que esteja com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, com favorecimento a microempresas e empresas de pequeno porte durante a fase competitiva de lances, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, bem como a prerrogativa de apresentação posterior de comprovação de regularidade fiscal, conforme o art. 43 da mesma LC, condições devidamente previstas nos itens 7.14 a 7.18 e 9.8 deste Edital.

5.1.1. Os licitantes poderão participar em todos os itens de seu interesse, podendo inclusive apresentar propostas diferenciadas para cada item, desde que obedecidos os critérios de aceitabilidade dos preços, em função dos locais da prestação dos serviços que lhes acarrete custos desiguais.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados nos subitens seguintes:

5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

- 5.2.3. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.2.4. entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 5.3. Também é vedada a participação de:
 - 5.3.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 5.3.2. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
 - 5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, independentemente do porte, relativo às seguintes declarações:
 - 5.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 5.5.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 5.5.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. Valor global do item;

6.6.2. Descrição detalhada do objeto.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, ficando impedida de retirá-la após o início da sessão pública, qualquer que seja o motivo alegado.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.19.1. prestados por empresas brasileiras;

7.19.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.20. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá enviar documentação abaixo no prazo de 02 (duas) horas, contada da solicitação do pregoeiro, em arquivo único, formato compactado “zip”, por meio da funcionalidade “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet:

8.7.1. Proposta de Preços devidamente preenchida conforme modelo em anexo ao presente Edital;

8.7.2. Planilha de Custos e Formação de Preços em formato de planilha “xls” adequada ao último lance enviado preenchida conforme modelo em anexo ao presente Edital;

8.7.3. Extrato atualizado do Simples Nacional, exclusivamente para empresas optantes daquele regime tributário;

8.8. A proposta comercial deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

8.8.1. Dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, telefone, etc.);

8.8.2. Conta bancária (nome e número do banco, da agência e da conta corrente);

8.8.3. Valores expressos em moeda corrente nacional;

8.8.4. Declaração de total concordância com as condições estipuladas neste Edital e respectivo Anexo “A” – Termo de Referência CORPE nº 01/2015;

8.8.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

8.8.6. Planilha de custos e formação de preços, conforme Anexo II do Anexo A – Termo de Referência CORPE nº 01/2015 deste Edital, devidamente preenchida;

OBS: só serão consideradas válidas as propostas que contenham a planilha do Anexo II do Termo de Referência CORPE nº 01/2015 corretamente preenchida, observando-se o disposto no item 8.12.

8.8.7. Atendimento, no que for cabível, a toda a legislação de licitações e contratos, em especial à Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008 e todas as suas alterações posteriores.

8.9. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos dos serviços incluindo a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado;

8.11.1. Não serão aceitos preços unitários superiores àqueles apurados pela Administração, os quais são os valores de referência determinantes para o critério de aceitabilidade de valores unitários.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.12.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de valores unitários iguais a zero, a ausência de valores (campos em branco ou sem preenchimento) em itens ou mesmo valores unitários superiores aos valores de referência apurados pela Administração.

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.15.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.15.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.16. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, qualificação econômico-financeira e Regularidade Fiscal e trabalhista:

9.3. Habilitação jurídica:

9.3.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.3.2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.3.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.4. Em função da relativa baixa complexidade do objeto e do valor estimado da contratação, a documentação referente à qualificação econômico-financeira se limitará à seguinte:

9.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.2. O licitante que apresentar resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem anterior, quando de sua habilitação deverá comprovar patrimônio líquido mínimo no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.5.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 9.5.3. prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal;
- 9.5.4. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 9.5.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- 9.6.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.
 - 9.6.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - 9.6.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
 - 9.6.1.3. Para a comprovação da experiência necessária, o licitante deverá comprovar que possui registro válido no CRM – Conselho Regional de Medicina.
 - 9.6.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, poderão, alternativamente, ser apresentados pelos licitantes, via fac-símile (fax) número (0xx11) 3224-5005, ou via e-mail comil.sp@susep.gov.br, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após convocação pelo Pregoeiro no sistema eletrônico. No caso de envio da

documentação (original ou cópia autenticada) pelos Correios ao protocolo da SUSEP, ela deverá estar acondicionada em envelope fechado com os seguintes dizeres e endereçamento na sua parte externa e frontal:

À Superintendência de Seguros Privados

Av. Presidente Vargas, 730 – 8º andar

CEP: 20071-001 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)

Processo SUSEP nº 15414.001440/2014-01

ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(razão social e CNPJ)

9.8. Se a menor proposta ofertada for de microempresa ou empresa de pequeno porte e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.8.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma

motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, até o prazo final para a apresentação de contrarrazões, se houver, na Regional de São Paulo da SUSEP, à Rua Formosa, 367, 26º andar do Edifício CBI, Centro de São Paulo, ou, após aquele prazo, na sede da SUSEP no Rio de Janeiro no endereço constante no item 9.7 deste Edital.

11.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

12.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.2. apresentar documentação falsa;

12.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

- 12.1.4. ensinar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.5. não manter a proposta;
- 12.1.6. cometer fraude fiscal;
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.3.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 12.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

12.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Cláusula Décima do Termo de Contrato.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

13.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail comil.sp@susep.gov.br, pelo fax 0xx11 3224-5005, ou por petição dirigida à Coordenação de Administração de São Paulo – COASP, no seguinte endereço: Rua Formosa nº 367, 26º andar, Centro – São Paulo/SP - CEP 01049-000.

13.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço comil.sp@susep.gov.br.

13.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Formosa nº 367, 26º andar, Centro – São Paulo/SP - CEP 01049-000, nos dias úteis, no horário

das 10 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.10.1. Anexo A – Termo de Referência CORPE nº 01/2015;

14.10.1.1. Anexo I – Quantitativo de Servidores por Lotação;

14.10.1.2. Anexo II – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Por Itens de Acordo com a Localidade em formato “xls”;

14.10.2. Anexo B – Modelo de Proposta Comercial;

14.10.3. Anexo C – Minuta de Termo de Contrato.

São Paulo, 21 de outubro de 2015.

Robson Richieri
Pregoeiro



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO A – Termo de Referência CORPE nº 01/2015

1. DO OBJETO

- 1.1 Visa o presente a contratação de empresa especializada, para a realização de exames médicos periódicos, com o objetivo de preservação e atenção à saúde dos servidores públicos da SUSEP, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou não.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1 Lei 8112/1990, art.206–A, Decreto nº 6856/2009, Portaria Normativa SRH nº4/2009, Portaria MPOG/SRH nº783/2010, Portaria Normativa SRH nº5/2010, Portaria SEGEPI nº1.911/2011, Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº5/2014 e Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº7/2014.
- 2.2 A presente contratação observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1 Os Exames Médicos Periódicos, disposto no art. 206-A, da Lei 8.112/1990, é parte integrante da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e integra um conjunto de avaliações necessárias ao acompanhamento da saúde dos servidores. Estes exames objetivam, prioritariamente, a preservação da saúde, a partir da avaliação médica e a detecção precoce dos agravos, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos, avaliações laboratoriais e de imagens, baseados nos fatores de riscos aos quais os servidores poderão estar expostos no exercício das diversas atividades no serviço público federal.
- 3.2 Os exames serão realizados bienalmente, para os servidores com idade abaixo de quarenta e cinco anos e, anualmente, para os servidores com idade acima de 45 anos.

4. DA CLIENTELA

- 4.1 Servidores ativos e comissionados, lotados em Brasília (DF) e nas capitais dos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

5. DO NÚMERO DE PARTICIPANTES

- 5.1 Estima-se o atendimento para 427 (quatrocentos e vinte e sete) servidores distribuídos de acordo com as faixas etárias constantes do anexo I.

6. DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 6.1 As Licitantes Vencedoras deverão realizar os seguintes exames básicos, complementares e avaliação clínica, de acordo com sua especialidade:

6.2 Descrição dos exames Básicos (todos servidores):

- a. Hemograma completo;
- b. Glicemia;
- c. Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS);
- d. Creatinina;
- e. Colesterol total e triglicérides;
- f. AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);
- g. ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e
- h. Citologia oncótica (Papanicolau), coleta e exame, para mulheres

6.3 Descrição dos exames – complementares (maiores de quarenta e cinco anos):

- a. Oftalmológico.

6.4 Exames Complementares (maiores de cinquenta anos):

- a. Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico);
- b. Mamografia, para mulheres e;
- c. PSA, para homens.

6.5 Avaliação Clínica:

Consulta médica, para avaliação dos resultados de exames e diagnóstico sobre a saúde ocupacional do servidor, em prontuário eletrônico, disponibilizado no sistema Siapenet – saúde – Módulo Periódicos.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. A proposta de preços deverá apresentar o valor unitário dos exames mencionados nos itens de 1 a 10 do Anexo II, sendo ganhadora a licitante que apresentar o menor preço total por item.

8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 8.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1 A licitante vencedora, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades e obrigações contratuais e legais, poderá subcontratar parte do serviço, mediante autorização prévia da Contratante.
- 9.2 No caso de subcontratação do atendimento, a licitante vencedora deverá informar os responsáveis e assumir a inteira responsabilidade pelo atendimento e cumprimento do objeto do Contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 10.1 A licitante vencedora deverá indicar um Coordenador Técnico, com formação superior, para interagir com os profissionais prestadores e com a CONTRATANTE, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional;
- 10.2 Disponibilizar os estabelecimentos responsáveis pela realização dos exames básicos e complementares e as clínicas de medicina ocupacional para a realização da Avaliação Clínica, nas cidades constantes dos itens de 1 a 10 do Anexo II, próximas ao local de trabalho e durante horário de expediente;
- 10.3 Realizar os exames médicos, conforme previsto em procedimentos técnico-científicos atualizados por profissionais e/ou entidades devidamente capacitadas, equipadas e qualificadas;
- 10.4 Disponibilizar por 5 dias úteis, na SEDE no Rio de Janeiro, posto de coleta do material de exames laboratoriais, com exceção do exame preventivo de colo do útero para fins de estimular a participação dos servidores no programa de Exames Médicos Periódicos;
- 10.5 No caso dos 4 (quatro) escritórios regionais e dos servidores cedidos, disponibilizar locais para a realização dos exames relacionados nos itens de 2 a 10 do Anexo II, próximos ao local de trabalho;
- 10.5.1. A fim de melhor subsidiar as licitantes, segue abaixo a relação dos endereços correspondentes a cada um dos itens da licitação:
- a. Item 1 – Rio de Janeiro (RJ): Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
 - b. Item 2 – São Paulo (SP): Rua Formosa, 367, 26º andar – Centro
 - c. Item 3 – Belo Horizonte (MG): Rua Piauí, 220, 3º andar – Santa Efigênia
 - d. Item 4 – Porto Alegre (RS): Rua Coronel Genuíno, 421, 11º andar – Centro Histórico

- e. Item 5 – Brasília (DF): Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco K, 13º andar - Ed. Seguradora
 - f. Item 6 – Florianópolis (SC): Av. Irineu Bornhausen, 5012, Ed. Célia Daux – Agrônômica
 - g. Item 7 – Curitiba (PR): Avenida Munhoz da Rocha, 1247 – Cabral
 - h. Item 8 – Natal (RN): Av. das Brancas Dunas, 565 – Ed. Aquarius Center - Candelária
 - i. Item 9 – Recife (PE): Av. Herculano Bandeira, 716 – Pina
 - j. Item 10 – Salvador (BA): Av. Luiz Viana Filho, 2.155, Paralela
- 10.6 Os resultados dos exames deverão ser entregues pela LICITANTE VENCEDORA à CONTRATANTE em no máximo 20 (vinte) dias corridos, contados da realização dos mesmos;
- 10.7 Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos; no perfil – operadora – gestor e profissional;
- 10.8 Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde – Módulo Periódicos de responsabilidade da licitante vencedora;
- 10.9 Providenciar a certificação digital dos responsáveis técnicos e médicos, para acesso ao Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;
- 10.10 Cadastrar as empresas credenciadas, para a realização dos exames e avaliação clínica, no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;
- 10.11 Atualizar o cadastro do Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódico, no caso de inclusão de credenciados novos;
- 10.12 Informar a CONTRATANTE os locais credenciados cadastrados no SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos, para a divulgação interna;
- 10.13 Informar a CONTRATANTE quando houver novas inclusões de credenciados no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódico;
- 10.14 Realizar as atualizações necessárias, em caso de alteração nos dados da empresa cadastrada, para atendimento dos servidores;
- 10.15 Orientar e manter bem informadas as empresas credenciadas, responsáveis pelos exames e avaliação clínica, sobre o atendimento aos servidores da CONTRATANTE, e apresentação das Guias de encaminhamento emitidas no sistema SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
- 10.16 Informar e manter informadas as credenciadas sobre a forma de encaminhamento dos servidores, que será por meio das Guias de Encaminhamento emitidas no sistema SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;

- 10.17 Realizar a avaliação da capacidade técnica via SIAPENET - SAÚDE, de lotes de servidores selecionados e encaminhados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados da data de encaminhamento do lote;
- 10.18 Enviar para a CONTRATANTE as guias de encaminhamento que foram assinadas pelo servidor em cada credenciada no ato do atendimento, em no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados da realização dos mesmos;
- 10.19 Oferecer, em caso de dúvida e/ou reclamações, meio de atendimento por telefone e email, para todos os servidores da CONTRATANTE, contemplados pelos exames periódicos na região;
- 10.20 Emitir Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em conformidade com as orientações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a fim de concluir o exame médico periódico;
- 10.21 Entregar uma via do ASO ao servidor e as outras duas, com o visto do servidor, encaminhar à CONTRATANTE, para ser apensada à pasta funcional e prontuário do servidor;
- 10.22 A licitante vencedora deverá se reunir, bimestralmente, com a CONTRATANTE, ou quando solicitada, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, ambas as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades;
- 10.23 Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE relacionadas ao acompanhamento e controle dos serviços prestados, respeitando os preceitos éticos das profissões;
- 10.24 Fornecer aos seus empregados crachá de identificação individual, de uso obrigatório dentro das dependências da CONTRATANTE;
- 10.25 Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos seus empregados;
- 10.26 Fornecer integralmente a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento dos deveres, ônus e exigências decorrentes da legislação tributária, previdenciária e trabalhista, comprometendo-se a exhibir, quando solicitados pela CONTRATANTE, os assentamentos relativos àquelas obrigações;
- 10.27 Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre os serviços ora ajustados, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE;
- 10.28 Responsabilizar-se por qualquer dano que seus prepostos, empregados ou empresa venha provocar a terceiros, à CONTRATANTE ou a seus funcionários, em decorrência da execução dos serviços contratados;

- 10.29 Ressarcir à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer despesa ou transtorno decorrente de responsabilização solidária, atinente aos serviços contratados, sujeitando-se ainda à multa prevista neste Termo de Referência;
- 10.30 A licitante vencedora não poderá fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não sejam em absoluto cumprimento ao Contrato.
- 10.31 A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados, durante todo o período de execução, conforme as normas técnicas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Informar à licitante vencedora, o quantitativo atualizado de servidores e a lotação de cada um, conforme disposto no Anexo I deste Termo de Referência;
- 11.2 Fornecer à licitante vencedora lista nominal de novos servidores que deverão ser submetidos aos exames periódicos, bem como de servidores excluídos do quadro de pessoal que não deverão mais ser submetidos aos exames;
- 11.3 Orientar a licitante vencedora sobre o planejamento dos exames periódicos, além de dirimir as dúvidas, que surgirem durante o processo e que tenham como característica as peculiaridades da entidade;
- 11.4 Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde – Módulo Periódicos.
- 11.5 Providenciar a certificação digital dos responsáveis técnicos e médicos da licitante vencedora, para acesso ao sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
- 11.6 Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
- 11.7 Atualizar a licitante vencedora sobre novas demandas e orientações enviadas pelo órgão central normatizado dos exames médicos periódicos – Ministério do Planejamento;
- 11.8 Realizar a fiscalização e o acompanhamento administrativo dos serviços prestados;
- 11.9 Nomear um Fiscal de Contrato na Sede e Fiscais nas Unidades Regionais, bem como seus substitutos, que se responsabilizarão pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das Notas Fiscais / Faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste Termo de Referência;
- 11.10 Notificar a licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no desenvolvimento das atividades previstas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

- 11.11 Sustar os serviços, a qualquer tempo, total ou parcialmente, sempre que considerar a medida necessária;
- 11.12 Recusar o pagamento dos serviços que não estiverem sendo prestados, de acordo com o proposto e contratado;
- 11.13 Divulgar e promover a sensibilização dos servidores sobre a importância da realização dos exames;
- 11.14 Realizar a capacitação dos Fiscais do Contrato.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1 O pagamento será efetuado em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, em até 3 (três) dias úteis, se a fatura, discriminada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento, for entregue no protocolo da CONTRATANTE até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido e atestada pelo fiscal do Contrato, estando tais pagamentos condicionados à comprovação de regularidade junto ao sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através de consulta *on-line*;
 - 12.1.1 No caso de nota fiscal/fatura emitida eletronicamente, poderá ser entregue por correio eletrônico (e-mail) desde que se possa atestar sua veracidade junto a sítios oficiais.
- 12.2 Os serviços serão pagos pelos exames e consultas efetivamente realizados de acordo com cronograma previamente acordado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, considerando-se os preços unitários apresentados na proposta da licitante vencedora, já incluídas todas as despesas necessárias.
- 12.3 Ocorrendo devolução de nota fiscal / fatura pela CONTRATANTE, por incorreção atribuída à LICITANTE VENCEDORA, o prazo de que trata o “item 12.1”, passará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO I

QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR LOTAÇÃO

| FAIXA ETÁRIA | | | RJ | SP | MG | RS | PR | SC | DF | RN | BA | PE | TOTAL |
|--------------|-----|---|-----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-------|
| M | I | 18 (dezoito) a 45 (quarenta e cinco) anos | 130 | 19 | 01 | 04 | 00 | 00 | 06 | 00 | 00 | 00 | 160 |
| | II | 46 (quarenta e seis) anos em diante | 103 | 11 | 00 | 02 | 00 | 00 | 01 | 00 | 02 | 00 | 119 |
| F | III | 18 (dezoito) a 45 (quarenta e cinco) anos | 75 | 05 | 06 | 06 | 00 | 00 | 01 | 00 | 00 | 00 | 93 |
| | IV | 46 (quarenta e seis) anos em diante | 43 | 04 | 00 | 00 | 02 | 01 | 03 | 01 | 00 | 01 | 55 |
| | | | 351 | 39 | 07 | 12 | 02 | 01 | 11 | 01 | 02 | 01 | 427 |

Obs.: O quantitativo dos exames é apenas uma estimativa. A empresa deverá realizar a quantidade de exames necessária mesmo que ela seja diferente do especificado na tabela de serviços prestados, respeitando o parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 01

Local: RIO DE JANEIRO (RJ)
Av. Presidente Vargas, 730 – Centro

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 351 | | |
| Glicemia | 351 | | |
| Creatinina Sérica | 351 | | |
| Lipidograma Completo | 351 | | |
| AST (TGO) | 351 | | |
| ALT (TGP) | 351 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 118 | | |
| PSA | 70 | | |
| EAS | 351 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 100 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 160 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 30 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 351 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 02

Local: SÃO PAULO (SP)
Rua Formosa, 367 – 26º andar – Centro

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 39 | | |
| Glicemia | 39 | | |
| Creatinina Sérica | 39 | | |
| Lipidograma Completo | 39 | | |
| AST (TGO) | 39 | | |
| ALT (TGP) | 39 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 09 | | |
| PSA | 07 | | |
| EAS | 39 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 12 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 16 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 04 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 39 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 03

Local: BELO HORIZONTE (MG)
Rua Piauí, 220 – 3º andar – Santa Efigênia

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 07 | | |
| Glicemia | 07 | | |
| Creatinina Sérica | 07 | | |
| Lipidograma Completo | 07 | | |
| AST (TGO) | 07 | | |
| ALT (TGP) | 07 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 01 | | |
| PSA | 00 | | |
| EAS | 07 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 00 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 00 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 00 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 07 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 04

Local: PORTO ALEGRE (RS)
Rua Coronel Genuíno, 421 – 11º andar – Centro Histórico

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 12 | | |
| Glicemia | 12 | | |
| Creatinina Sérica | 12 | | |
| Lipidograma Completo | 12 | | |
| AST (TGO) | 12 | | |
| ALT (TGP) | 12 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 06 | | |
| PSA | 02 | | |
| EAS | 12 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 01 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 02 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|--------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 00 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 12 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 05

Local: BRASÍLIA (DF)

Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco K, 13º andar – Ed. Seguradora

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 11 | | |
| Glicemia | 11 | | |
| Creatinina Sérica | 11 | | |
| Lipidograma Completo | 11 | | |
| AST (TGO) | 11 | | |
| ALT (TGP) | 11 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 04 | | |
| PSA | 00 | | |
| EAS | 11 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 02 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 04 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 02 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 11 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 06

Local: FLORIANÓPOLIS (SC)
Av. Irineu Bornhausen, 5.012 – Ed. Célia Daux – Agronômica

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 01 | | |
| Glicemia | 01 | | |
| Creatinina Sérica | 01 | | |
| Lipidograma Completo | 01 | | |
| AST (TGO) | 01 | | |
| ALT (TGP) | 01 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 01 | | |
| PSA | 00 | | |
| EAS | 01 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 01 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 01 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 01 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 01 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 07

Local: CURITIBA (PR)
Av. Munhoz da Rocha, 1.247 – Cabral

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 02 | | |
| Glicemia | 02 | | |
| Creatinina Sérica | 02 | | |
| Lipidograma Completo | 02 | | |
| AST (TGO) | 02 | | |
| ALT (TGP) | 02 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 02 | | |
| PSA | 00 | | |
| EAS | 02 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 02 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 02 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 02 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 02 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 08

Local: NATAL (RN)

Av. das Brancas Dunas, 565 – Ed. Aquarius Center - Candelária

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 01 | | |
| Glicemia | 01 | | |
| Creatinina Sérica | 01 | | |
| Lipidograma Completo | 01 | | |
| AST (TGO) | 01 | | |
| ALT (TGP) | 01 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 00 | | |
| PSA | 01 | | |
| EAS | 01 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 01 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 01 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 00 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 01 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 09

Local: RECIFE (PE)
Av. Herculano Bandeira, 716 - Pina

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 01 | | |
| Glicemia | 01 | | |
| Creatinina Sérica | 01 | | |
| Lipidograma Completo | 01 | | |
| AST (TGO) | 01 | | |
| ALT (TGP) | 01 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 01 | | |
| PSA | 00 | | |
| EAS | 01 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 01 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 01 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 01 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 01 | | |
| Total | | | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS POR ITENS DE ACORDO COM A LOCALIDADE

ITEM 10

Local: SALVADOR (BA)
Av. Luiz Viana Filho, 2.155 – Paralela

Segmentações

I - Exames Laboratoriais

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|-----|----------------------|-------------------|
| Hemograma Completo | 02 | | |
| Glicemia | 02 | | |
| Creatinina Sérica | 02 | | |
| Lipidograma Completo | 02 | | |
| AST (TGO) | 02 | | |
| ALT (TGP) | 02 | | |
| Citologia Oncótica (Papanicolau) – Coleta e exame | 00 | | |
| PSA | 02 | | |
| EAS | 02 | | |
| Pesquisa de sangue oculto nas fezes | 02 | | |
| Total | | | |

II- Avaliação Oftalmológica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---------------------|-----|----------------------|-------------------|
| Exame Oftalmológico | 02 | | |
| Total | | | |

III - Exames Radiológicos

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|------------|-----|----------------------|-------------------|
| Mamografia | 00 | | |
| Total | | | |

IV – Avaliação Clínica

| Exame | Qde | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-----------------|-----|----------------------|-------------------|
| Consulta médica | 02 | | |
| Total | | | |



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015
ANEXO B – Modelo de Proposta Comercial

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (nº do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços do Anexo II do Termo de Referência Corpe nº 01/2015.

O **valor total de cada item** de contratação dos Serviços de Exames Médicos Periódicos, descritos no Termo de Referência CORPE nº 01/2015, serão os seguintes (**preencher somente os itens em que a empresa participar**):

Item 01 – Rio de Janeiro (RJ):

R\$ _____,____ (_____).

Item 02 – São Paulo (SP):

R\$ _____,____ (_____).

Item 03 – Belo Horizonte (MG):

R\$ _____,____ (_____).

Item 04 – Porto Alegre (RS):

R\$ _____,____ (_____).

Item 05 – Brasília (DF):

R\$ _____,____ (_____).

Item 06 – Florianópolis (SC)

R\$ _____,____ (_____).

Item 07 – Curitiba (PR):

R\$ _____,____ (_____).

Item 08 – Natal (RN):

R\$ _____,____ (_____).

Item 09 – Recife (PE):

R\$ _____, ____ (_____).

Item 10 – Salvador (BA):

R\$ _____, ____ (_____).

O prazo de validade da presente proposta é de _____ (<por extenso>) dias.

Dados da empresa proponente:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ (MF) n° _____

c) Endereço: _____

d) Fone: _____

e) Fax: _____

f) E-mail: _____

g) CEP: _____

h) Cidade: _____

i) Estado: _____

j) Banco: _____

k) Agência Bancária: _____

l) Conta Bancária: _____

Local e Data: _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e Identificação (CPF / RG) do representante legal



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015
ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato

Contrato para prestação de serviços de exames médicos periódicos que fazem entre si a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a <nome da empresa>.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo (a) <cargo do ordenador de despesas>, Sr. <nome do ordenador de despesas>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, consoante delegação de competência conferida pela Portaria SUSEP nº xxxx, de xx de xxxxx de 200x, doravante denominada CONTRATANTE e a <nome da empresa>, inscrita no CNPJ – MF sob o nº <nº do CNPJ>, situada na <endereço>, neste ato representada pelo <nome do representante>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº 27/2015, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.001440/2014-01, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, para a realização de exames médicos periódicos, com o objetivo de preservação e atenção à saúde dos servidores públicos da SUSEP, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou não.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato terá duração de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** executará os serviços na forma e período estipulados no item 6, constante do Termo de Referência **CORPE nº 01/2015**.

Parágrafo Primeiro. Os serviços, objeto do Termo de Referência **CORPE nº 01/2015**, serão executados pela **CONTRATADA**, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, nos Decretos nº 5.450/05 e nº 2.271/97, na IN SLTI/MPOG nº02/08 e suas alterações posteriores, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo Primeiro. A **CONTRATANTE** tem direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à **CONTRATANTE** distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

Parágrafo Segundo. São assegurados à **CONTRATANTE** os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da **CONTRATANTE**, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- a. A licitante vencedora deverá indicar um Coordenador Técnico, com formação superior, para interagir com os profissionais prestadores e com a **CONTRATANTE**, no que se refere às questões técnicas e éticas do desempenho profissional;
- b. Disponibilizar os estabelecimentos responsáveis pela realização dos exames básicos e complementares e as clínicas de medicina ocupacional para a realização da Avaliação Clínica, nas cidades constantes dos itens de 1 a 10, próximas ao local de trabalho e durante horário de expediente;
- c. Realizar os exames médicos, conforme previsto em procedimentos técnico-científicos atualizados por profissionais e/ou entidades devidamente capacitadas, equipadas e qualificadas;
- d. Disponibilizar por 5 dias úteis, na SEDE no Rio de Janeiro, posto de coleta do material de exames laboratoriais, com exceção do exame preventivo de colo do útero para fins de

estimular a participação dos servidores no programa de Exames Médicos Periódicos;

e. No caso dos 4 (quatro) escritórios regionais e dos servidores cedidos, disponibilizar locais para a realização dos exames relacionados nos itens de 2 a 10, próximos ao local de trabalho;

f. Os resultados dos exames deverão ser entregues pela LICITANTE VENCEDORA à CONTRATANTE em no máximo 20 (vinte) dias corridos, contados da realização dos mesmos;

g. Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos; no perfil – operadora – gestor e profissional;

h. Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde – Módulo Periódicos de responsabilidade da licitante vencedora;

i. Providenciar a certificação digital dos responsáveis técnicos e médicos, para acesso ao Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;

j. Cadastrar as empresas credenciadas, para a realização dos exames e avaliação clínica, no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;

k. Atualizar o cadastro do Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódico, no caso de inclusão de credenciados novos;

l. Informar a CONTRATANTE os locais credenciados cadastrados no SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos, para a divulgação interna;

m. Informar a CONTRATANTE quando houver novas inclusões de credenciados no sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódico;

n. Realizar as atualizações necessárias, em caso de alteração nos dados da empresa cadastrada, para atendimento dos servidores;

o. Orientar e manter bem informadas as empresas credenciadas, responsáveis pelos exames e avaliação clínica, sobre o atendimento aos servidores da CONTRATANTE, e apresentação das Guias de encaminhamento emitidas no sistema SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.

p. Informar e manter informadas as credenciadas sobre a forma de encaminhamento dos servidores, que será por meio das Guias de Encaminhamento emitidas no sistema SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos;

q. Realizar a avaliação da capacidade técnica via SIAPENET - SAÚDE, de lotes de servidores selecionados e encaminhados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados da data de encaminhamento do lote;

r. Enviar para a CONTRATANTE as guias de encaminhamento que foram assinadas pelo servidor em cada credenciada no ato do atendimento, em no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados da realização dos mesmos;

s. Oferecer, em caso de dúvida e/ou reclamações, meio de atendimento por telefone e e-mail, para todos os servidores da CONTRATANTE, contemplados pelos exames periódicos na região;

t. Emitir Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em conformidade com as orientações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a fim de concluir o exame médico periódico;

u. Entregar uma via do ASO ao servidor e as outras duas, com o visto do servidor, encaminhar à CONTRATANTE, para ser apensada à pasta funcional e prontuário do servidor;

v. A licitante vencedora deverá se reunir, bimestralmente, com a CONTRATANTE, ou quando solicitada, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, ambas as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades;

w. Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE relacionadas ao acompanhamento e controle dos serviços prestados, respeitando os preceitos éticos das profissões;

x. Fornecer aos seus empregados crachá de identificação individual, de uso obrigatório dentro das dependências da CONTRATANTE;

y. Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos seus empregados;

z. Fornecer integralmente a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento dos deveres, ônus e exigências decorrentes da legislação tributária, previdenciária e trabalhista, comprometendo-se a exhibir, quando solicitados pela CONTRATANTE, os assentamentos relativos àquelas obrigações;

aa. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre os serviços ora ajustados, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE;

bb. Responsabilizar-se por qualquer dano que seus prepostos, empregados ou empresa venha provocar a terceiros, à CONTRATANTE ou a seus funcionários, em decorrência da execução dos serviços contratados;

cc. Ressarcir à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer despesa ou transtorno decorrente de responsabilização solidária, atinente aos serviços contratados, sujeitando-se ainda à multa prevista neste Termo de Referência;

dd. A licitante vencedora não poderá fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não sejam em absoluto cumprimento ao Contrato.

ee. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados, durante todo o período de execução, conforme as normas técnicas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

a. Informar à licitante vencedora, o quantitativo atualizado de servidores e a lotação de cada um, conforme disposto no Anexo I do Termo de Referência CORPE nº 01/2015;

b. Fornecer à licitante vencedora lista nominal de novos servidores que deverão ser submetidos aos exames periódicos, bem como de servidores excluídos do quadro de pessoal que não deverão mais ser submetidos aos exames;

c. Orientar a licitante vencedora sobre o planejamento dos exames periódicos, além de dirimir as dúvidas, que surgirem durante o processo e que tenham como característica as peculiaridades da entidade;

d. Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET - Saúde – Módulo Periódicos.

e. Providenciar a certificação digital dos responsáveis técnicos e médicos da licitante vencedora, para acesso ao sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.

f. Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.

g. Atualizar a licitante vencedora sobre novas demandas e orientações enviadas pelo órgão central normatizado dos exames médicos periódicos – Ministério do Planejamento;

h. Realizar a fiscalização e o acompanhamento administrativo dos serviços prestados;

i. Nomear um Fiscal de Contrato na Sede e Fiscais nas Unidades Regionais, bem como seus substitutos, que se responsabilizarão pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das Notas Fiscais / Faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste Termo de Referência;

j. Notificar a licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no desenvolvimento das atividades previstas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

k. Sustar os serviços, a qualquer tempo, total ou parcialmente, sempre que considerar a medida necessária;

- l. Recusar o pagamento dos serviços que não estiverem sendo prestados, de acordo com o proposto e contratado;
- m. Divulgar e promover a sensibilização dos servidores sobre a importância da realização dos exames;
- n. Realizar a capacitação dos Fiscais do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** exercerá através da **CORPE** e de servidor designado pela chefia, a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do Termo de Referência **CORPE nº 01/2015**, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008, e de suas alterações posteriores, das Normas Internas e do disposto neste Contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

Parágrafo terceiro. O acompanhamento e fiscalização desta contratação consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do mesmo.

Parágrafo quarto. A fiscalização do contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no parágrafo anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Edital do Pregão Eletrônico nº 27/2015 e em seus anexos, ou na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

O preço dos serviços contratados corresponde à importância de **R\$ XXXXXX (valor por extenso)**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao valor total de **R\$ XXXXXX (valor por extenso)** para o período de **XX (período por extenso)** meses, correndo **R\$ XXXXXX (valor por extenso)** por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 20**XX**, pelo programa de trabalho 04122211020040001, na categoria econômica **XXXXXX**, conforme Nota de

Empenho 20XXNEXXXXXX e R\$ XXXXXX (valor por extenso) a ser empenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, em até **10 (dez)** dias úteis, após a data do atesto na nota fiscal/fatura pelo fiscal do Contrato, se a mesma, devidamente discriminada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento, for entregue no Protocolo da **CONTRATANTE** até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao vencido e atestada pelo Fiscal do Contrato. Caso não seja respeitado este prazo pela **CONTRATADA**, o pagamento será realizado em até **10 (dez)** dias úteis contados da data do atesto na nota fiscal/fatura pelo fiscal do Contrato.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções atribuídas à **CONTRATADA**, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da data do atesto do fiscal do Contrato na nova nota fiscal/fatura, corrigida e sem rasuras.

Parágrafo segundo. O pagamento está condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, correspondente aos serviços prestados devidamente atestada por servidor da área fiscalizadora.

Parágrafo terceiro. Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação da nota fiscal/fatura, vez que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação da mesma, para cumprimento do disposto no § 1º do art. 36 da IN SLTI nº 2/2008 e § 3º do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo quarto. Não será pago o valor relativo aos dias não trabalhados pelo empregado, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor no caso de não cobertura.

Parágrafo quinto. Previamente à contratação e antes de cada pagamento, será emitida, através de consulta “on line”, certidão que comprove a regularidade da situação da empresa junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Parágrafo sexto. Conforme decidido no âmbito do Acórdão nº 1.054/2012 – Plenário do Tribunal de Contas da União a **CONTRATANTE** exigirá, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.

Parágrafo sétimo. O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da **CONTRATADA** de corrigir a situação, a **CONTRATANTE** concederá um prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por solicitação da **CONTRATADA**, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

Parágrafo oitavo. Será feita retenção dos tributos exigíveis pela legislação vigente, exceto se a **CONTRATADA** tiver optado pelo SIMPLES, hipótese em que deverá comprovar tal condição mediante fornecimento de cópia do respectivo termo de opção, desde que esta opção

não seja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Será aplicado o percentual constante da tabela de retenção da Instrução Normativa nº 480/2004, da Secretaria da Receita Federal ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo nono. O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado na nota fiscal/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

Parágrafo dez. A **CONTRATADA** não poderá interromper a execução dos serviços em função de pendências referentes às suas responsabilidades contidas nesta Cláusula.

Parágrafo onze. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura, serão estipulados mediante acordo entre as partes ou na forma do disposto no § 4º, art. 36 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008.

Parágrafo doze. As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da **CONTRATANTE**, deduzidas no próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.

Parágrafo treze. Os pagamentos estão condicionados à entrega dos produtos atualizados pela contratada, que deverá:

- a.1) manter todas as versões anteriores para permitir o controle das alterações; e
- a.2) garantir a entrega de todos os documentos e produtos gerados na execução, tais como o projeto, relatórios, atas de reuniões, manuais de utilização, etc.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c o art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, garantida prévia defesa.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução do contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

a) Multas Contratuais:

a.1) Diária de 1% (um por cento) sobre o valor correspondente a 12 (doze) meses deste Contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor, por ocorrência;

a.2) Diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Contrato, não especificadas nas outras alíneas deste inciso, e aplicada em dobro na sua reincidência, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor, por ocorrência;

a.3) Diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor deste Contrato, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer serviço ou material rejeitado ou com defeito, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor, por ocorrência;

a.4) De 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas;

a.5) De 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato no caso de sua rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE**, motivado por culpa da **CONTRATADA**, inclusive pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

b) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e, descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, para licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa.

Parágrafo segundo. A contagem dos dias para aplicação das multas diárias previstas nos itens a.1, a.2, a.3 e a.4 terá início no dia seguinte ao término do prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, por meio de comunicação formal, para regularização da execução contratual;

Parágrafo terceiro. As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido, aplicar diretamente as penalidades mais graves.

Parágrafo quarto. No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quinto. A penalidade aplicada será registrada no SICAF.

Parágrafo sexto. A data de vencimento de multa aplicada em última instância ou de cuja aplicação não venha a ser apresentado recurso será o último dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente à data de assinatura da correspondência de notificação da sua aplicação ou da decisão em última instância.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo a rescisão, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** e, ainda, por acordo entre as partes.

Parágrafo terceiro. Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666/1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) É vedada a utilização da garantia ou deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666/1993, e consequente registro no SICAF.
- b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.
- c) A **CONTRATADA** deverá comunicar a **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;
- d) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou email com confirmação de recebimento pela **CONTRATANTE**.
- e) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.
- f) Caso a **CONTRATADA** não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do Contrato, incidindo as sanções cabíveis;
- g) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
- h) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.
- i) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.
- j) A **CONTRATADA** deverá apresentar no seu estatuto social objeto compatível à presente contratação.
- k) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 27/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXX de 2015.

Nome do Representante legal

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Nome do Representante legal

Empresa contratada